

Lyra restaura valor político do CDDPH

Jornal de Brasília

A imprensa e as entidades que trabalham no dia-a-dia com direitos humanos estarão presentes na próxima sessão do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), a ser realizada na segunda quinzena de fevereiro. Este foi o fato político criado pelo ministro da Justiça, Fernando Lyra, para tornar irreversível a atuação de um dos órgãos de maior peso no combate à violência em que vive o País.

A declaração é do secretário do CDDPH, advogado Antônio Carlos de Almeida Castro, que afirma ter sido um ato simbólico, também de valor político, a reunião de instalação do CDDPH, realizada na Ordem dos Advogados do Brasil. Segundo Almeida Castro, ao sair do Distrito Federal e ir à OAB/RJ, o Governo quis mostrar que está a favor dos direitos do cidadão.

A primeira reunião ordinária do Conselho realizada em 11 de dezembro, reuniu cerca de 40 entidades que militam com Direitos Humanos. Almeida Castro recorda que, de um clima de tensão e desconfiança a princípio, passou-se a uma moção de solidariedade e aplauso ao novo trabalho que o CDDPH quer empreender, exposto pelo procurador geral, José Paulo Sepúlveda Pertence, que presidiu a reunião.

Segundo Almeida Castro, as entidades ali representadas pediram a modificação da composição do Conselho que passou a ter mais representantes da sociedade. Por ser formado majoritariamente por representantes do Estado, como determina a legislação, os representantes alegaram que o CDDPH continuaria a ser um órgão inócuo nos casos em que o Estado financia a repressão. Lyra armou mais um fato político, na visão de Almeida Castro, endossando o pedido dos representantes ao solicitar propostas de modificações aos conselheiros.

A nova política do CDDPH visa integrar todos os órgãos estaduais e entidades de Direitos Humanos, além de buscar colaboração de todos os órgãos do Ministério da Justiça, entre eles, Procuradoria Geral da República, Departamento de Polícia Federal, Departamento de Imprensa Nacional, Fundação Petrônio Portella e Empresa Brasileira de Notícias.

Almeida Castro informou também que a ONU já se solidarizou com o CDDPH, colocando sua experiência em Direitos Humanos à disposição dos conselheiros em 1986.